



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, as quais abrangem as normas instituídas pela própria Agência e os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC quando referendados pela ANS, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho das Operações
A Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. apresentou, no exercício de 2013, uma arrecadação de R\$ 967.590 milhões (R\$ 776.765 milhões no ano de 2012), que representa um crescimento de 24,57% em relação ao ano anterior. A Mediservice, ao longo de 2013, intensificou a implementação de novas iniciativas que visam aprimorar os processos voltados para a administração de planos de pós-pagamento, com foco no oferecimento de novos produtos, soluções e serviços aos clientes, assim como na melhoria de resultado, além de projetos para o aumento da integração com a Bradesco Saúde, com geração de sinergias.

Resultado do Exercício
O resultado do exercício de 2013 atingiu R\$ 30.305 milhões (R\$ 17.147 milhões no exercício de 2012), apresentando crescimento de 76,74%.

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos
O acionista da Mediservice – Administradora de Planos de Saúde S.A., em cada exercício, terá direito a receber, a título de dividendos, o mínimo obrigatório de 1% do lucro líquido.

Evento Societário
Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2013, o acionista da Empresa deliberou sobre o aumento de capital social no montante de R\$ 50 milhões, mediante a emissão de 15.084.467 ações ordinárias nominativas-escriturais, sem valor nominal.

- Principais Ações Estratégicas Realizadas**
- Implantação do projeto "Meu Doutor": visa o oferecimento aos Segurados de rede selecionada de clínicos gerais, com agendamento de consulta via *internet*, objetivando reforçar a relação médico-paciente e melhorar o padrão de atenção à saúde;
 - Planos Administrados: intensificou o desenvolvimento de diversas iniciativas, visando aprimorar os processos voltados para a administração de planos na modalidade de pós-pagamento com foco no oferecimento de novos produtos e serviços aos clientes e na gestão de resultado;
 - Rede Referenciada: ampliação da Rede Referenciada de prestadores de serviços médicos, especialmente de clínicas de especialidades médicas, bem como da quantidade de transações eletrônicas, para recepção e tratamento de contas médicas ambulatoriais e hospitalares;
 - Acordos com a Rede Referenciada: introdução e repactuação dos procedimentos médicos gerenciados em vários estabelecimentos hospitalares que integram a Rede Referenciada de prestadores médicos. Ampliado o projeto de Segunda Opinião Médica para as cirurgias de joelho e quadril, buco-maxilo-facial e hemodinâmica, além das cirurgias de coluna em centros de referência médica, com vistas ao aumento da qualidade da saúde;
 - Projeto OPME: objetiva ampliar acordos com a Rede Referenciada de hospitais para colocação de materiais de alto custo previamente negociados, contribuindo para o controle de despesas assistenciais; e
 - Programas de Prevenção de Doenças e Promoção da Saúde: manutenção de programas que visam melhorar as condições de saúde dos segurados, pela ação preventiva sobre os principais fatores de risco da população, em conformidade com o programa aprovado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, em conformidade com o disposto na Resolução Normativa nº 197/09.

Riscos: operacional, crédito, mercado, subscrição e liquidez
O Grupo Bradesco Seguros, em linha com os modelos adotados no mercado nacional, e em atendimento à legislação vigente, estruturou um departamento independente denominado de Estudos Atuariais e Gestão de Riscos. A estrutura operacional de gestão de riscos do departamento é especializada por tipo de risco/função, possibilitando uma visão integrada na gestão de riscos e o alinhamento com a estrutura do Banco Bradesco.

Estão inseridos, nesse contexto, o aculturamento de gestão de risco e capital nos vários níveis de atuação nas Empresas do Grupo, a difusão das Políticas e Normas Corporativas e Manual de Procedimentos Internos, visando ao monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

O Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros reúne-se, trimestralmente, com o objetivo de aprovar estratégias, normas e procedimentos relacionados à Gestão de Riscos do Grupo, além de acompanhar, avaliar e definir alternativas de mitigação dos riscos específicos da atividade do Grupo e possíveis impactos na Organização Bradesco.

O Grupo Bradesco Seguros mantém níveis de capital de acordo com os requerimentos regulatórios.

Governança Corporativa

Em consonância com as melhores práticas de governança corporativa, com base nos princípios de equidade e transparência na prestação de contas, o Grupo Bradesco Seguros busca permanentemente aperfeiçoar sua estrutura de gestão empresarial, a fim de assegurar e resguardar que os processos de tomada de decisão estejam definidos com clareza e revestidos de adequada segregação de função.

Para isso, possui Comitês que dão suporte à Administração na condução do processo de decisão para cumprimento do direcionamento estratégico, na busca constante de melhores resultados, dentro dos mais elevados padrões éticos e de responsabilidade corporativa. O Grupo conta também com Área de Ouvidoria para acolher opiniões, críticas e reclamações, que são tratadas com confidencialidade, bem como com Códigos de Conduta Ética Setorial, disponíveis a todos os públicos com os quais se relaciona, e um canal de comunicação, objetivando receber informações sobre violações aos princípios contidos nos Códigos, demonstrando o compromisso constante em traçar, com clareza, as diretrizes e responsabilidades que devem pautar a atuação da conduta cotidiana dos profissionais que integram as Empresas do Grupo.

Destaca-se o CRM – *Corporate Risk Management*, que se constitui em um conjunto de procedimentos de avaliação do nível de governança corporativa, com o propósito de mensurar o entendimento, aderência e comunicação dos temas que compõem o ambiente de controle do Grupo.

Controles Internos e Compliance
Com base na política corporativa definida, e visando atender as determinações legais sobre o tema, a Mediservice - Administradora de Planos de Saúde S.A. prosseguiu com a avaliação e o aperfeiçoamento dos seus instrumentos, que integram o Sistema de Controles Internos do Grupo Bradesco Seguros.

Para obtenção e manutenção de conformidade as leis e aos regulamentos, o Grupo Bradesco Seguros verifica, diariamente, a publicação de novos normativos pelos Órgãos reguladores, informa as áreas envolvidas e acompanha a implementação tempestiva das ações necessárias, de forma a garantir que as práticas operacionais estejam aderentes.

Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento ao Terrorismo
A Mediservice, com o compromisso constante de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento ao Terrorismo e a Corrupção de suas operações, atividades e relacionamentos, atua continuamente para assegurar a conformidade as leis e normas relativas aos temas, editadas pelos Órgãos competentes, e principalmente, cooperando com os esforços das autoridades governamentais de controle para o enfrentamento dessas práticas.

Reafirmando esse compromisso, no exercício de 2013, a Mediservice aprimorou as ferramentas tecnológicas, os mecanismos de trabalho e os controles existentes, que são permanentemente reavaliados e fundamentais para o processo de detecção e comunicação das operações/ocorrências a Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS. Merecem destaque os programas de treinamento para conscientização e capacitação constante do quadro de funcionários para detecção de operações suspeitas de lavagem de dinheiro.

Prevenção à Fraude
A Mediservice mantém-se vigilante em desestimular, prevenir, detectar e combater ocorrências que possam caracterizar indícios de cometimento de fraudes de qualquer natureza, assim como em minimizar riscos operacionais, legais e reputacionais aos quais a Empresa possa estar sujeita, caso venha a ser envolvida em tentativas para negócios ou práticas de fraudes.

Dada a importância do tema, a empresa adota mecanismos de controles internos, como a disponibilização de canais de denúncia aos funcionários e a sociedade, para que possam relatar situações com indícios de cometimento dessa prática ilícita, e o acompanhamento e apuração, quando cabível, das operações que apresentam indícios de irregularidades.

Segurança da Informação
A informação é um dos elementos do negócio mais importante para a Mediservice. O zelo pela informação, no que tange a sua disponibilidade, integridade e confidencialidade, tem sido uma meta constante da governança da informação. Nessa linha, são analisadas as normas e os regulamentos de caráter interno e externo, que incidem em alterações nas instruções, riscos e controles de Segurança da Informação.

Diante desse compromisso, a Empresa tem realizado a disseminação da cultura, por meio da divulgação da Política Corporativa de Segurança da Informação, da organização de palestras, cursos e da publicação de matérias nos canais internos de comunicação disponíveis, abordando os mais diversos tipos de assuntos sobre o tema, com o intuito de garantir a conformidade com as melhores práticas de Segurança da Informação disponíveis no mercado.

Agradecimentos
Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos clientes, o apoio recebido do Órgão regulador e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e colaboradores.

São Paulo, 28 de janeiro de 2014.
Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	2013	2012
CIRCULANTE		489.547	376.827
Disponível		1.453	873
Realizável		488.094	375.954
Aplicações financeiras	4	318.055	249.198
Aplicações vinculadas a provisões técnicas		225.464	153.341
Aplicações não vinculadas		92.591	95.857
Créditos de operações com planos de assistência à saúde		168.169	125.055
Contraprestação pecuniária a receber	5	157.150	116.919
Operadoras de planos de assistência à saúde		8.846	7.058
Outros créditos de operações com planos de assistência à saúde		2.173	1.078
Créditos tributários e previdenciários	6	1.547	1.212
Bens e títulos a receber		210	334
Despesas antecipadas		113	155
ATIVO NÃO CIRCULANTE		8.092	6.764
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		7.733	6.647
Créditos tributários e previdenciários	6	4.205	3.417
Depósitos judiciais e fiscais	7	3.528	3.230
Imobilizado	8	344	99
Imobilizado de uso próprio		256	96
Outras imobilizações		88	3
Intangível		15	18
TOTAL DO ATIVO		497.639	383.591

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

PASSIVO	Nota	2013	2012
CIRCULANTE		160.176	128.022
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	9	134.114	115.881
Provisão de eventos a liquidar para o SUS p/ outros prestadores de serviço		1.582	1.097
Provisão de eventos/sinistros a liquidar		132.532	114.784
Outros débitos de operações de assistência à saúde		4.547	1.758
Tributos e contribuições a recolher	10	6.500	4.979
Débitos diversos	11	15.015	5.404
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		11.341	9.464
Provisões	12	11.341	9.464
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	13	326.122	246.105
Capital social		254.500	204.500
Reservas de lucros		71.622	41.605
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		497.639	383.591

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012
Contraprestações efetivas de planos de assistência à saúde		967.590	776.765
Contraprestações liquidadas		909.177	735.695
Receita com administração		58.413	41.070
(-) Tributos diretos de outras operações de assistência à saúde		5.121	3.600
Eventos indenizáveis líquidos		900.149	728.141
Eventos conhecidos		900.149	728.141
Resultado das operações com planos de assistência à saúde		67.441	48.624
Outras receitas operacionais		1.161	880
Outras receitas operacionais de planos de assistência à saúde		729	559
Receita de assist. saúde não relac. c/ plano de saúde da operadora		432	321
Receita c/ operações de assist med-hosp SUS		131	-
Outras receitas operacionais		301	321
Outras despesas operacionais	16(b)	(15.255)	(8.658)
Outras despesas de oper. de assist. médico hospitalar		(13.579)	(7.941)
Programa de promoção da saúde e prevenção de riscos		(530)	(636)
Provisão para perdas sobre créditos		(1.146)	(81)
Resultado bruto		62.320	45.024
Despesas administrativas	16(a)	(26.015)	(24.100)
Resultado financeiro líquido	16(c)	23.879	13.780
Receitas financeiras		24.202	14.003
Despesas financeiras		(323)	(223)
RESULTADO OPERACIONAL		46.090	26.926
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS E PARTICIPAÇÕES		46.090	26.926
Imposto de renda	17(d)	(11.494)	(6.382)
Contribuição social	17(d)	(4.319)	(2.387)
Impostos diferidos	17(d)	788	105
Participações sobre o lucro		(760)	(1.115)
Lucro líquido do exercício		30.305	17.147
Quantidade de ações		93.281.729	78.197.262
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		0,32	0,22

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Lucro líquido do exercício	30.305	17.147
Total do resultado abrangente do exercício	30.305	17.147

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	2013	2012
Resultado antes dos impostos e participações	46.090	26.926
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	43	53
Despesas antecipadas	42	(15)
Variações das provisões técnicas	901.209	728.622
Provisão para riscos sobre créditos	1.146	81
Lucro líquido ajustado do exercício	948.530	755.667
Variações nas contas patrimoniais (aumento)/redução:		
Ajustes com títulos e valores mobiliários - títulos a valor justo por meio do resultado	(68.857)	(112.405)
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	(44.260)	(43.949)
Créditos tributários e previdenciários	(1.123)	148
Bens e títulos a receber	124	(199)
Depósitos judiciais e fiscais	(298)	(653)
Tributos e contribuições a recolher	(4.085)	(2.120)
Débitos diversos	8.726	(1.645)
Outros débitos de operações de assistência à saúde	2.789	(920)
Provisões técnicas de operações de assistência à saúde	(882.976)	(691.679)
Provisões	1.877	81
Caixa líquido (consumido) pelas operações	(988.083)	(853.341)
Imposto de renda sobre o lucro pago	(6.137)	(2.820)
Contribuição de renda sobre o lucro pago	(3.282)	(1.866)
Caixa líquido (consumido) nas atividades operacionais	(48.972)	(102.360)
Atividades de investimento		
Aquisição de imobilizado	(285)	(15)
Caixa líquido (consumido) nas atividades de investimentos	(285)	(15)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	50.000	100.000
Dividendos e juros sobre capital próprios pagos	(163)	(103)
Caixa Líquido gerado nas atividades de financiamento	49.837	99.897
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	580	(2.478)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	873	3.351
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	1.453	873
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalente de caixa	580	(2.478)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva legal	Reservas de lucros Reserva estatutária	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2012	104.500	1.089	23.532	-	129.121
Aumento de capital:					
AGE de 23/11/2012	100.000	-	-	-	100.000
Lucro líquido do exercício	-	-	-	17.147	17.147
Dividendos propostos (R\$ 2,08 por lote de mil ações)	-	-	-	(163)	(163)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	857	16.127	(16.984)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	204.500	1.946	39.659	-	246.105
Saldo em 1º de janeiro de 2013	204.500	1.946	39.659	-	246.105
Aumento de capital:					
AGE de 30/07/2013	50.000	-	-	-	50.000
Lucro Líquido do exercício	-	-	-	30.305	30.305
Dividendos proposto (R\$ 3,09 por lote de mil ações)	-	-	-	(288)	(288)
Proposta para destinação do lucro líquido	-	1.515	28.502	(30.017)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013	254.500	3.461	68.161	-	326.122

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

- Contexto operacional**
A Companhia é uma subsidiária do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em São Paulo, autorizada pela Agência Nacional de Saúde - ANS a operar no exercício da atividade de assessoria, consultoria, planejamento e administração de planos de saúde e de benefícios de terceiros, o processamento de dados pertinentes ao ramo de assistência à saúde em todo o território nacional. O endereço da sede da Companhia é Avenida Ipiranga nº 210, 11º e 12º andar, São Paulo.
A entidade é controlada diretamente pela Bradesco Saúde S.A. e em última instância pelo Banco Bradesco S.A.
As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns, são absorvidos segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.
Essas demonstrações contábeis foram aprovadas em Reunião da Diretoria em 28 de janeiro de 2014.
- Resumo das principais políticas contábeis**
As políticas contábeis discriminadas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.
 - Base de preparação**
As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, as quais abrangem os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis quando referendados pela ANS, inclusive as normas instituídas pela própria ANS. As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Resolução Normativa nº 322/2013.
 - Base para avaliação, de apresentação e moeda funcional**
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, exceto para os ativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.
A moeda funcional da Companhia é o Real.
 - Uso de estimativas e julgamentos**
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos,

- estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As notas explicativas 4 – Aplicações; 6 – Créditos tributários e previdenciários; 9 – Provisões técnicas e 12 – Provisões incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro.
- Disponível (Caixa e equivalentes a caixa)**
São representados por depósitos bancários, sem vencimento e apresentam risco insignificante de mudança de valor justo e que são utilizados pela Companhia para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.
 - Aplicações**
A Companhia determina a classificação inicial de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. Os ativos de renda fixa são contabilizados na data da liquidação e as ações são contabilizadas na data da transação.
 - Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado**
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.
 - Ativos financeiros mantidos até o vencimento**
Caso a Administração tenha a intenção e a capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.



(iii) Ativos financeiros disponíveis para venda

Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

(iv) Determinação do valor justo

O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos de renda fixa tiveram seu valor justo obtido a partir das tabelas de taxas média do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são similares, análise do fluxo de caixa descontado e contam o mínimo possível com informações geradas pela Administração da própria Companhia.

(v) Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do título correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

(vi) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos de operações com planos de assistência à saúde" e "Bens e Títulos a receber" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perda por redução ao valor recuperável.

f. Créditos de operações com planos de assistência à saúde

São registrados e mantidos no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, em contrapartida à conta de contraprestação efetivas de operações de assistência à saúde, provenientes de contratos vigentes na data do balanço e pelos valores a receber referentes a ressarcimentos de eventos. A Companhia constitui provisão para riscos de crédito sobre os valores pendentes de recebimento por mais de 60 dias.

g. Imobilizado

O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.

A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear considerando as seguintes taxas para os exercícios correntes e comparativos: 10 % a.a. para móveis, utensílios, máquinas e equipamentos e 20% a.a. para equipamentos de informática.

h. Intangíveis

Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment.

Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.

i. Provisões técnicas de operações de assistência à saúde

A totalidade da Provisão de eventos/sinistros a liquidar é baseada nos avisos de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços, efetivamente recebidos pela Companhia até a data-base do balanço.

j. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias

(i) **Ativos contingentes**
Não são reconhecidos contábilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho com praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível. Os ativos contingentes cuja expectativa de êxito é provável são divulgados.

(ii) **Passivos contingentes**
São constituídos levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como de perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas quando individualmente relevantes, e os classificados como remotos não são divulgados.

(iii) Obrigações legais

As obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, que, independente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos nas demonstrações contábeis.

k. Benefícios a empregados

(i) **Obrigações de curto prazo**
As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e registradas em contrapartida do resultado à medida que o respectivo serviço é prestado.

(ii) **Obrigações por aposentadorias**
Plano de contribuição definida
A Companhia é patrocinadora de plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL). O PGBL é um plano de previdência do tipo de contribuição variável, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa, sendo os recursos investidos em um Fundo de Investimento Exclusivo (FIE). As obrigações atuariais do PGBL estão integralmente cobertas pelo FIE correspondente. O PGBL é administrado pela Bradesco Vida e Previdência S.A.

As obrigações das contribuições para planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesa no resultado quando são incorridas. Uma vez pagas as contribuições, a Companhia, na qualidade de empregador, não tem qualquer obrigação de pagamento adicional.

(iii) **Outras obrigações pós-emprego**
Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários por um período de 3 meses a 6 meses da data de desligamento.

(iv) **Outros benefícios de curto prazo**
Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e Administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

l. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 e a contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e inclui qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos resultados de períodos anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

m. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As contraprestações e os eventos de planos de assistência à saúde, na modalidade de pós-pagamento, são reconhecidas a partir do aviso de cobrança dos serviços médico-hospitalares e odontológicos realizados pelos prestadores de serviços.

As receitas relacionadas à taxa de administração dos planos de assistência à saúde são reconhecidas mensalmente considerando as disposições contratuais. A participação dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria, sendo reconhecida no resultado de acordo com as metas estipuladas pelo Grupo Bradesco Seguros.

n. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a IFRS 9 – Instrumentos financeiros, que introduz um novo requerimento para classificação e mensuração de ativos financeiros e, devido a alinhamentos necessários à fase II do IFRS 4, aos projetos de impairment e hedge accounting (incluindo macro hedging) o comitê do IASB adiou a data de implantação dessa norma para não antes de 2017. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma.

3 Gerenciamento de riscos

A Companhia faz parte do Grupo Bradesco Seguros e consequentemente utiliza-se da estrutura de gerenciamento de risco do Grupo, administrando seus riscos de forma corporativa. A administração desses riscos contempla políticas e estratégias consideradas adequadas pela sua Administração.

Essas políticas e estratégias, além de serem reavaliadas frequentemente, contemplam, entre outras, a verificação temporária da adequação das aplicações financeiras avaliadas aos vencimentos dos passivos. O Grupo Bradesco Seguros possui controles internos que se destinam a garantir que as políticas e estratégias estão sendo cumpridas, de forma que os resultados obtidos estão de acordo com os objetivos definidos pela Administração.

4 Aplicações

a. Resumo da classificação das aplicações

	2013	%	2012	%
Títulos a valor justo por meio do resultado	318.055	100,00	249.198	100,00
Títulos de renda fixa - fundos de investimento	318.055	100,00	249.198	100,00

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naquele fundo.

	2013						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Ajuste a valor	
Valor justo por meio do resultado	10.385	5.259	103.706	198.705	318.055	317.945	110
Letras financeiras do tesouro	-	829	91.926	184.336	277.091	277.053	38
Letras financeiras de emissores privados	-	2.668	11.197	5.707	19.572	19.525	47
Nota do tesouro nacional - operação compromissada	7.698	-	-	-	7.698	7.698	-
Debêntures	-	44	247	5.565	5.856	5.853	3
Certificados de depósitos bancários	2.120	1.718	60	-	3.898	3.898	-
Letras do tesouro nacional	-	-	-	3.097	3.097	3.076	21
Quotas de fundos de investimento	567	-	-	-	567	567	-
Depósito em garantia especial	-	-	276	-	276	275	1
Total	10.385	5.259	103.706	198.705	318.055	317.945	110

	2012					
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/ Valor justo	Ajuste a valor
Valor justo por meio do resultado	7.750	58.041	21.513	161.894	249.198	249.163
Letras financeiras do tesouro	-	57.773	20.561	155.848	234.182	234.194
Letras do tesouro nacional - operação compromissada	4.961	-	-	-	4.961	4.961
Letras financeiras de emissores privados	-	-	488	3.413	3.901	3.895
Nota do tesouro nacional - operação compromissada	2.673	-	-	-	2.673	2.673
Certificados de depósitos bancários	-	201	444	736	1.381	1.381
Debêntures	-	-	20	1.242	1.262	1.261
Letras do tesouro nacional	-	67	-	603	670	631
Quotas de fundos de investimento	115	-	-	-	115	115
Depósito em garantia especial	-	-	-	52	52	51
Debêntures - operação compromissada	1	-	-	-	1	1
Total	7.750	58.041	21.513	161.894	249.198	249.163

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2013	2012
Total das provisões técnicas	134.114	115.881
Quotas de fundos de investimentos	225.464	153.341
Suficiência	91.350	37.460

d. Hierarquia do valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como se segue:

- Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2:** Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3:** Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2013			2012		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	280.188	37.867	318.055	234.852	14.346	249.198
Letras financeiras do tesouro	277.091	-	277.091	234.182	-	234.182
Letras financeiras de emissores privados	-	19.572	19.572	-	3.901	3.901
Notas do tesouro nacional - operação compromissada	-	7.698	7.698	-	2.673	2.673
Debêntures	-	5.856	5.856	-	1.262	1.262
Certificados de depósitos bancários	-	3.898	3.898	-	1.381	1.381
Letras do tesouro nacional	3.097	-	3.097	670	-	670
Quotas de fundos de investimento	-	567	567	-	115	115
Depósito em garantia especial	-	276	276	-	52	52
Letras do tesouro operação compromissada	-	-	-	-	4.961	4.961
Debêntures - operação compromissada	-	-	-	-	1	1
Total	280.188	37.867	318.055	234.852	14.346	249.198

e. Movimentação das aplicações financeiras

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	249.198	136.793
(+) Aplicações	893.940	700.287
(-) Resgates	(848.845)	(601.179)
(+) Rendimentos	23.762	13.297
Saldo em 31 de dezembro	318.055	249.198

f. Desempenho

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 2013, o desempenho global dos ativos financeiros atingiu 101,94% do CDI no acumulado do exercício, em relação ao referido benchmark.

5 Contraprestação pecuniária a receber

a. Contraprestações por faixa de vencimento

	2013	2012
A vencer:		
Até 30 dias	126.296	106.354
Total a vencer	126.296	106.354
Vencidos:		
Até 30 dias	19.344	9.427
De 31 a 120 dias	12.145	1.113
Acima de 121 dias	939	547
Total vencidos	32.428	11.087
Provisão para risco de crédito	(1.574)	(522)
Total	157.150	116.919

b. Movimentação de contraprestações a receber

	2013	2012
Saldo em 1º de janeiro	116.919	72.667
(+) Contraprestações emitidas (*)	906.335	678.749
(+) Taxa de Administração	59.489	41.726
(-) Recebimentos	(924.541)	(676.288)
(-) Constituição de provisão de perda	(1.052)	65
Saldo em 31 de dezembro	157.150	116.919

(*) Não contempla os movimentos de contraprestação/reembolso com operadores de planos de assistência médica hospitalar, no montante de R\$ 2.862 (R\$ 2.842 em 2012).

6 Créditos tributários e previdenciários líquidos

	2013			2012		
	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total	Até 1 ano	Acima de 1 ano	Total
Créditos tributários diferidos (i)	-	4.205	4.205	-	3.417	3.417
Impostos a compensar	1.547	-	1.547	1.212	-	1.212
Total	1.547	4.205	5.752	1.212	3.417	4.629

(i) Movimentação dos créditos tributários diferidos

	Saldo em 31/12/2012	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2013
Provisão para contingências cíveis	2.453	1.486	(894)	3.045
Provisão para participação lucros empregados	387	288	(387)	288
Provisão para contingências trabalhistas	192	109	(88)	213
Provisão para riscos de crédito	178	569	(176)	571
Outros	207	88	(207)	88
Total	3.417	2.540	(1.752)	4.205

	Saldo em 31/12/2011	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2012
Provisão para contingências cíveis	2.287	718	(552)	2.453
Provisão para contingências trabalhistas	356	99	(263)	192
Provisão para riscos de crédito	151	621	(594)	178
Provisão para participação lucros empregados	363	387	(363)	387
Outros	155	420	(368)	207
Total	3.312	2.245	(2.140)	3.417

(ii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Diferenças temporárias		
	Imposto de renda	Contribuição social	Total
2014	576	207	783
2015	263	95	358
2016	229	82	311
2017	199	72	271
2018	1.825	657	2.482
Total	3.092	1.113	4.205

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários monta a R\$ 3.735.

7 Depósitos judiciais e fiscais

	2013	2012
INSS – contribuição SESC/SENAC	1.747	1.680
Imposto de renda	944	914
CSLL	360	348

10 Tributos e contribuições a recolher

	2013	2012
Retenção de impostos e contribuições.....	4.452	3.525
Imposto de renda.....	1.080	754
Contribuição social.....	467	282
Contribuições previdenciárias.....	171	155
FGTS a recolher.....	37	38
COFINS.....	19	-
PIS.....	3	-
ISS.....	271	225
Total	6.500	4.979

11 Débitos diversos

	2013	2012
Depósito de terceiros (i).....	12.343	1.750
Obrigações com pessoal.....	1.645	2.253
Fornecedores.....	551	1.110
Dividendos a pagar.....	288	164
Partes Relacionadas (Nota 16).....	188	127
Total	15.015	5.404

(i) Aging

De 1 a 30 dias.....	10.969	1.474
De 31 a 180 dias.....	1.325	176
De 181 a 360 dias.....	49	42
Superior a 360 dias.....	-	58
Total	12.343	1.750

12 Provisões

A Administração da Companhia entende que as provisões constituídas são suficientes para fazer face a eventuais perdas decorrentes dos respectivos processos. O passivo relacionado a obrigação legal em discussão judicial é mantido até a definição da ação.

(i) Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados e depositados judicialmente. A principal discussão está detalhada abaixo:

- SESC/SENAC e SEBRAE - Discute a incidência da contribuição social destinada ao custeio do SESC/SENAC e SEBRAE, instituída pelo art. 3º do Decreto-Lei nº 9.853/1946 e art. 4º do Decreto-Lei nº 8.621/1946, à alíquota de 1% incidente sobre a folha de pagamento da Companhia, sob o argumento de que não se enquadra dentro os contribuintes do tributo. O saldo provisionado em 31 de dezembro de 2013 monta a R\$ 1.747 (R\$ 1.680 em 31 de dezembro de 2012).

(ii) Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados, visando a obter indenizações, em especial o pagamento de "horas extras".

Nos processos em que é exigido depósito judicial, o valor das contingências trabalhistas é constituído considerando a efetiva perspectiva de perda destes depósitos. Para os demais processos, a provisão é constituída com base no valor médio apurado pela totalidade dos pagamentos efetuados de processos encerrados nos últimos 12 meses, considerando o ano de ajuizamento.

(iii) Processos cíveis

Referem-se a estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

(iv) Movimentação das provisões judiciais

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2013	1684	566	7.214	9.464
Constituições.....	-	319	4.371	4.690
Reversões.....	-	(258)	(2.628)	(2.886)
Atualização monetária.....	73	-	-	73
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.757	627	8.957	11.341
Saldo em 1º de janeiro de 2012	1.610	1.047	6.726	9.383
Constituições.....	3	37	2.041	2.081
Reversões.....	(3)	(518)	(1.553)	(2.074)
Atualização monetária.....	74	-	-	74
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.684	566	7.214	9.464

13 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 93.281.729 ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal (78.197.262 em 2012).

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 1% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Atos Societários

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de julho de 2013, o acionista da Empresa deliberou sobre o aumento do capital social no montante de R\$ 50.000 mediante a emissão de 15.084.467 ações ordinárias nominativas-escriturais sem valor nominal.

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

e. Dividendos

De acordo com o Estatuto da Companhia, os acionistas tem direito a dividendos mínimos de 1% sobre o lucro líquido do exercício deduzido a reserva legal.

14 Patrimônio líquido ajustado e margem de solvência

A seguir detalhamos o cálculo do patrimônio líquido ajustado e margem de solvência na data-base:

Patrimônio líquido contábil	326.122
(+) Obrigações legais.....	1.448
(-) Despesas antecipadas.....	113
(-) Intangível.....	15
Patrimônio líquido ajustado	327.442
Margem de solvência	
(A) 0,20 vezes de 50% das contraprestações – Últimos 12 meses.....	90.918
(B) 0,33 vezes de 50 % da média de eventos indenizáveis – Últimos 36 meses.....	123.492
Maior entre (A) e (B)	123.492
Suficiência	203.951

15 Transações e saldos com partes relacionadas

	2013	2012	2013	2012	
Ativo	9.097	8.561	Despesas	38.406	29.634
Disponibilidades	1.399	926	Rateio das despesas administrativas (a).....	1.891	1.667
Banco Bradesco S.A. (Controlador final).....	1.399	926	Bradesco Seguros S.A. (Controladora indireta)...	1.891	1.667
Aplicações	7.698	7.635	Despesa com prestação de serviços	2.098	1.166
Banco Bradesco S.A. (Controlador final) (c).....	7.698	7.635	Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (Empresa ligada) (b).....	2.094	1.166
Passivo	4.187	4.199	Scopus Tecnologia (Controladora indireta).....	4	-
Obrigações a pagar	188	164	Despesa com aluguel	555	515
Bradesco Seguros S.A. (Controladora indireta)...	188	164	Banco Bradesco S.A. (Controlador final).....	555	515
Dividendos a pagar	288	163	Eventos pagos	33.701	26.286
Bradesco Saúde S.A (Controladora direta).....	288	163	Fleury S.A. (investida do Grupo Bradesco)...	33.701	26.286
Sinistros a pagar	3.711	3.872			
Fleury S.A. (empresa ligada).....	3.711	3.872			
Total (Ativo – Passivo)	4.910	4.362	Total (Despesas)	38.245	29.634

(a) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades de: a) administração financeira; b) tecnologia da informação; c) administração; d) jurídico; e) recursos humanos; f) marketing e g) corporativo, percentuais estes definidos com base em medidores de atividades e critérios estabelecidos na Convenção do Grupo Bradesco Seguros.

(b) Refere-se à prestação de serviço de processamento de informações relativas a eventos.

(c) Refere-se a operações compromissadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

- O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social. Em 2013, foi determinado o valor máximo de R\$ 120 para a remuneração dos Administradores.
- Os Administradores abdicaram do direito de recebimento da remuneração, posto que receberam honorários de outra empresa do Grupo Bradesco Seguros.

16 Detalhamento das contas de resultado

a. Despesas administrativas

	2013	2012
Despesas com pessoal próprio.....	(11.586)	(14.402)
Ordenados.....	(6.126)	(9.046)
INSS/FGTS.....	(2.139)	(2.118)
Planos de previdência privada.....	(504)	(644)
Outras.....	(2.817)	(2.594)
Despesas com serviços de terceiros.....	(5.398)	(3.102)
Despesas com localização e funcionamento.....	(6.503)	(5.210)
Despesas com publicações.....	(835)	(496)
Despesas com donativos e contribuições.....	(300)	(207)
Despesas com taxa de saúde suplementar.....	(700)	(580)
Outras.....	(693)	(103)
Total	(26.015)	(24.100)

b. Outras despesas operacionais

	2013	2012
Despesas com encargos sociais.....	(7.960)	(7.039)
Materiais diversos.....	(738)	(877)
Reversão/(constituição) de provisão para perdas sobre créditos.....	(1.146)	(81)
Programa PROMOPREV.....	(530)	(636)
Despesa c/ condenações judiciais.....	(2.310)	-
Despesas com serviços de terceiros.....	(2.571)	(25)
Total	(15.255)	(8.658)

c. Resultado financeiro

	2013	2012
Receitas financeiras		
Receitas com títulos de renda fixa.....	23.762	13.297
Atualização monetária de créditos tributários.....	184	536
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais.....	19	35
Outras receitas financeiras.....	237	135
Subtotal	24.202	14.003
Despesas financeiras		
Atualização monetária de adiantamento de cliente.....	(127)	(124)
Atualização monetária de contingências passivas.....	(73)	(74)
Outras despesas financeiras.....	(123)	(25)
Subtotal	(323)	(223)
Total	23.879	13.780

d. Despesas de imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Impostos diferidos		
Constituição no exercício sobre adições temporárias.....	788	105
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(15.813)	(8.769)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(15.025)	(8.664)

17 Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social

	2013	2012
Resultado antes de impostos e participações.....	46.090	26.926
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas básicas de 25% e 9%, respectivamente ...	(15.671)	(9.155)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Participações no lucro.....	258	379
Receitas não tributáveis, líquidas de despesas indedutíveis.....	(125)	(135)
Outros.....	513	247
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(15.025)	(8.664)
Alíquota efetiva	32,60%	32,17%

18 Outras informações

a. Em 11 de novembro de 2013, foi publicada a Medida Provisória nº 627 (MP 627/13 que altera a Legislação Tributária Federal sobre IR, CS, PIS e Cofins. A MP 627/13 dispõe sobre:

- a revogação do Regime Tributário de Transição (RTT), disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais;
- a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; e
- o parcelamento especial de Contribuição para o PIS/Pasep e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins.

A Companhia aguardará a conversão em Lei da MP 627/13 para uma análise mais profunda e conclusiva. Em uma avaliação preliminar, não haverá impactos relevantes.

DIRETORIA

Marcio Serôa de Araujo Coriolano	Diretor-Presidente		
Ivan Luiz Gontijo Júnior	Diretor-Gerente	Manoel Antonio Peres	Diretor
Enrique Adan Y Coello	Diretor	Mauro Silvério Figueiredo	Diretor
Flávio Bitter	Diretor	Sérgio Azoury Galvão	Diretor
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa	Diretor	Vinicius José de Almeida Albernaz	Diretor
			Getúlio Antônio Guidini
			Contador CRC-1RS034447/O-7S-SP

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Mediservice Administradora de Planos de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2014.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciene Teixeira Magalhães
Contadora CRC RJ079849/O-3